

APRESENTAÇÃO

CURRÍCULO: (RE)CONSTRUINDO SENTIDOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Ângela Cristina A. Albino
Maria Zuleide da Costa Pereira
Idelsuite de Sousa Lima

A política de currículo entendida como espaço-tempo multidimensional em que se imbricam redes de poder e de formação de subjetividades está eivada de diferentes sentidos que constroem cotidianamente práticas educativas. A articulação e enunciação desses sentidos perpassam diversas compreensões em torno de educação e de ensino, contribuindo para a elaboração de múltiplos significados.

A proposição em apresentar uma discussão sobre educação e ensino demanda problematizar sentidos atribuídos ao currículo no processo de produção do conhecimento escolar. Incursionar por este universo abre pistas para pensar não somente as implicações construídas no jogo político pela significação do conhecimento, mas, como afirmam Ramos; Santos (2013:157), perceber as condições em que essas articulações se tornam hegemônicas na escola.

Há quase uma generalização em torno de considerar a escola como lugar de ensino e este como sendo a seleção de conteúdos socialmente válidos (Silva, 2002), atribuindo ao conhecimento o núcleo central da educação. Sob essa ótica a educação é reduzida ao ensino e o aluno é colocado na posição de mero aprendiz. Superar essa interpretação urge conceber a educação sob outra perspectiva e considerar o currículo como espaço de produção cultural, de produção de sujeitos singulares. Significa, como defende Macedo (2012, pág. 735), “apostar no currículo como instituinte de sentidos, como enunciação da cultura, como espaço indecível em que os sujeitos se tornem sujeitos por meio de atos de criação”.

Na efetivação de políticas curriculares construídas por diferentes sujeitos e em diferentes espaços de produção curricular convém superar a ideia de que o conhecimento é o núcleo central do currículo, desconstruindo as amarras em torno dessa centralidade e abrindo espaço para a diferença, para atos de inventividade, de criação e de enunciação. Para Maia; Pereira (2014, pág. 629), tais atos podem proporcionar “mais empoderamento desses sujeitos frente aos dilemas educacionais e sociais”.

Este número da Revista Espaço do Currículo enseja articular concepções de políticas de currículo expressas em experiências de pesquisa que buscam deslindar esses sentidos nas práticas desenvolvidas em várias esferas institucionais, bem como no próprio campo epistêmico a que se propõem.

Os textos que compõem a edição em tela reforçam a compreensão da política curricular como articulação e enunciação de significados, considerando que tais discursos não se apresentam de forma plena e acabada. Reforçam a compreensão de que esses espaços de enunciação política em torno do currículo denotam a tradução da incompletude e do entre-lugar como espaço significativo (BHABHA, 2001). Tal noção indica a riqueza do “descaminhar” da fixidez da tradição moderna que considera em uma linha única saberes e alternativas emancipatórias.

Os artigos ora divulgados problematizam construções conceituais de documentos que respaldam algumas propostas curriculares pelo aparente caráter universalista, na conotação de que os currículos estão sendo “endereçados”. Nesse trânsito de práticas e saberes, tais

sentidos merecem apreciação no que tange ao princípio democrático que circula discursivamente nos textos da política educacional, produzidos não apenas pelas instâncias governamentais, mas cotidianamente no interior da sala de aula e da escola.

Evidenciar críticas e possibilidades nas políticas curriculares apresentadas pelos autores dos textos aqui publicados reforça o objetivo da revista que é ampliar as redes de compreensão do campo curricular para além de uma única possibilidade de ler o social ou supor o “real” na disputa política em torno do conhecimento. A Revista Espaço do Currículo oferece como perspectiva possibilidades de ler sentidos das práticas a partir de uma compreensão plural em que o currículo será sempre um território em disputa, fruto de relações de poder, articulado a um modelo de homem e cultura almejados, temporalmente, no espaço social.

Os textos deste número da revista sinalizam a movimentação desse debate múltiplo, diverso, contingente.

O primeiro artigo, de autoria de Andréa Rosana Fetzner, denominado ‘Ciclos e Currículo: à procura de sentidos’, apresenta resultados de uma pesquisa realizada com professores sobre a alteração do sistema seriado para a organização do ensino em ciclos. O estudo revela diferentes formas de entendimento acerca da organização do ensino, de concepções de agrupamento e currículo, destacando tensões e avanços vivenciados pelos docentes e a escola. Destaca o papel do currículo na superação do modelo seriado para a organização do ensino em ciclos e defende que a identificação de práticas que corresponderiam à organização em ciclos pode representar certo grau de democratização curricular e avaliativo.

Já Márcia Betania de Oliveira, no artigo ‘Ensino Médio e Políticas de Currículo: uma abordagem sobre publicações nos periódicos da Capes’, divulga uma pesquisa em que analisa artigos publicados em periódicos da Capes, a partir do ano 2000, buscando analisar concepções de políticas de currículo para Ensino Médio. O estudo objetivou compreender o que tem sido produzido sobre o Ensino Médio e sobre o teor dessas produções, bem como que discurso opera tais produções. Os resultados apontam que um número considerável de produções acadêmico-científicas estão voltadas para uma visão estadocêntrica de entendimento dessas políticas. A autora defende a necessidade de pesquisas sobre políticas de currículo para o Ensino Médio com abordagens que levem em consideração as lutas culturais e políticas, evidenciando tais políticas como espaço de contestação e mudanças, potencializado por intermédio da constituição do discurso como uma estrutura descentrada.

‘Políticas públicas em educação: a avaliação como um problema curricular contemporâneo’ é o título do terceiro artigo. Os autores André Vitor Fernandes dos Santos e Letícia Terreri Serra Lima apresentam uma discussão que coloca em foco políticas de avaliação e a articulação entre estas e garantia da qualidade da educação. Com base em análises macrosociais e referenciando-se em teorização voltadas para a noção de Ciclo de Políticas de Stephen Ball, os autores da pesquisa defendem que os instrumentos de avaliação em larga escala utilizados atualmente influenciam movimentos e escolhas curriculares no contexto da prática. O estudo revela que há espaços e tempos para leituras heterogêneas e para subversão, o que contribui para a continuidade da produção dessas políticas.

O quarto artigo denominado ‘Os sentidos da política de currículo de Sociologia nas Orientações Curriculares de Ciências Humanas – MT: uma resignificação a partir de um estudo documental’ é de autoria de Mayara Bezerra Scarselli e Ozerina Victor de Oliveira. As autoras apresentam resultados a partir da realização de uma pesquisa documental em que investigam sentidos políticos presentes nos discursos que defendem, ou não, a Sociologia no Ensino Médio, estabelecidos nas “Orientações Curriculares de Ciências Humanas e Orientações Curriculares – Concepções para a Educação Básica de Mato Grosso”, ambas publicadas no ano de 2012. O estudo revela processos de institucionalização dessa disciplina a nível nacional e

local, dando visibilidade a produção de sentidos criados a respeito dessa reintrodução no currículo. Para as autoras, o documento, ora indica para o ensino cientificista e acadêmico da disciplina, ora a não defesa do ensino cientificista. As autoras destacam ainda que a apresentação de sugestões metodológicas e de conteúdos presentes nos documentos congrega indicativos de prescrição curricular.

Jenaice Israel Ferro assina o quinto artigo intitulado 'No currículo da sala de aula: o saber experimental docente e sua implicação para o ensino na EJA face ao conteúdo escolar e as diferentes culturas dos jovens adultos'. A partir de uma pesquisa de tipo etnográfica, a autora busca investigar significados atribuídos pelos professores e alunos ao ensino na EJA e ao currículo estabelecido em sala de aula. Os resultados indicam que os saberes experienciais docentes implicam nas ações do professor no desenvolvimento do ensino, contemplando ou não as diferentes culturas dos educandos, bem como, definem o currículo que se concretiza no âmbito da sala de aula. Revela que há um complexo de relações culturais, que engloba diferentes culturas, fator que reafirma a relevância de se compreender a relação destas aos conteúdos escolares trabalhados pelos professores.

Em 'Discurso, sujeito e currículo para diferença: o por vir da desconstrução Derridiana', Cláudia Maria Felício Ferreira Tomé analisa propostas curriculares tomando por base o viés da desconstrução Derridiana. A partir das noções de desconstrução, *différance*, sujeito, rastro, tradução, deslocamentos, sentidos e hospitalidade a autora analisa o discurso pedagógico e do currículo como atravessamentos da discussão sobre o por vir discursivo. Destaca que o por vir discursivo não se dá numa estrutura fechada, tampouco compreendido como um centro de onde emana o conhecimento e no qual possa ser prescrita a diferença. Considera que o currículo está sempre aberto a outras leituras, à tradução, ao indecível, a um constante por vir e que as diferenças não passam por classificação, nem por fixação aparentemente cristalizadas em documentos.

No sétimo artigo Izabella da Silva Vieira apresenta 'Autogoverno e conformação moral no controle do trabalho docente: um estudo de caso à luz da Prova Brasil'. A partir de um estudo de caso a autora investigou como os professores de 4º e 5º ano de escolas públicas percebem, no currículo, a política do governo de avaliação nacional com a implantação da Prova Brasil. Os resultados indicam que a implementação da política de avaliação provocou mudança nos discursos docentes e estes transformam-se em um gerente de si mesmo, controlando, vigiando suas ações, cobrando mudanças nas metodologias, pelo cumprimento do currículo e conseqüentemente pelos melhores resultados nas avaliações nacionais.

O oitavo artigo 'Currículo e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos' de Joelma Carvalho Vilar e Isa Regina Santos dos Anjos aborda resultados de uma pesquisa realizada em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos. As autoras defendem a necessidade de elaboração de um currículo escolar com a participação dos alunos jovens e adultos, como garantia do direito de aprender na escola. Reforçam a importância da construção de um currículo que esteja alicerçado na cultura dos sujeitos e impulse uma nova postura docente com relação ao aluno, a si mesmo e ao conhecimento.

Por sua vez, Thiago Luiz Santos de Oliveira, em 'O currículo e a estruturação dos sentidos da escola: a história em sua materialidade na sala de aula' focaliza uma pesquisa acerca do currículo em uma sala de aula da disciplina História em uma turma do Ensino Médio de escola pública estadual. Com base na Sociologia do Currículo, a Teoria Pedagógica e a Teoria Crítica, o estudo pautou-se pela metodologia da Hermenêutica Objetiva, como procedimento de pesquisa qualitativa para compreender a escola a partir da reconstituição da aula. Os resultados demonstram que o ensino de história na sala de aula não corrobora para a formação do sujeito emancipado e que a tríade educação, ensino e formação não se concretiza. Revelam que o conhecimento histórico não se efetiva em virtude da falta de

substrato teórico. A aula sustentada no senso comum, com informações reducionistas resulta na semiformação e na falta de reflexão, impedindo a formação dos alunos como sujeitos históricos.

Sob o foco filosófico Kátia Aparecida de Souza e Silva, em 'Entre o discurso e a materialidade: a construção da autonomia sob a égide kantiana em salas de aula de Belo Horizonte divulga resultados de uma pesquisa empírica em que buscou investigar se as experiências curriculares as quais jovens alunos e alunas são submetidos favorece o desenvolvimento da ética, do esclarecimento e da autonomia conforme os pressupostos kantianos e adornianos. A análise demonstrou que a educação é pautada no disciplinamento e no cumprimento de regras sem um movimento de reflexão. A autora destaca que o ensino é fundado no discurso do professor, que se baseia em conhecimentos banalizados, e sustentados, muitas vezes, no senso comum.

Seguindo outra lógica, no décimo primeiro artigo, Lucimeire Bezerra Costa e Gelta Terezinha Ramos Xavier, apresentam 'Sentidos das práticas curriculares na educação infantil'. Abordam um estudo acerca dos sentidos que na Educação Infantil vêm sendo buscados para promover, junto a crianças, iniciativas e interpretações do que historicamente representa a relação cultura-curriculo. Defendem que o currículo como campo de estudo tem permitido compreender os processos pelos quais gerações após gerações transmitem suas referências culturais através de planos e práticas educacionais. Destacam que a partir de propostas pedagógicas que dialogam com experiências de personagens da cultura popular-erudita são arquitetados projetos curriculares que levem a reflexões sobre experiências de vida como espaços de negociação acerca das escolhas e sentidos dados ao currículo.

O décimo segundo artigo 'Os mecanismos de participação social na escola: instrumentos de gestão democrática ou de controle?' de autoria de Iágrici Maria de Lima Maranhão e Luciana Rosa Marques é resultante de uma pesquisa que teve como objetivo compreender a atuação dos Conselhos Escolares de forma a materializar a Gestão Democrática nas escolas. Os resultados apontam para o reconhecimento da fragilidade da cultura democrática nos sujeitos que compõem os órgãos colegiados. As autoras revelam que processo de democratização da gestão da escola pública implica em compreender que a gestão democrática abre possibilidades para o controle da sociedade civil sobre a política educacional, o que, por sua vez, exige a participação de professores, pais, alunos, funcionários e comunidade na gestão da escola e da educação. Evidenciam que alguns sujeitos percebem o Conselho não como um espaço democrático de discussão, reflexão e tomada de decisões, mas sim como instância responsável pelas questões financeiras.

O artigo número treze, 'A apropriação de filmes por educadoras na educação de jovens e adultos', de Evelyn Fernandes Azevedo Faheina, apresenta resultados de uma pesquisa que buscou conhecer os modos de apropriação do uso de filme pelas educadoras da EJA na escola. A partir de uma pesquisa de campo, foram analisadas práticas de ensino nas quais o filme fora utilizado. Os resultados apontam que as educadoras têm se apropriado e empregado o filme como ilustração dos conteúdos curriculares e dos assuntos estudados, o que caracteriza o uso do filme como recurso adicional e secundário das atividades de ensino.

Por sua vez, Nayara Tatianna Santos da Costa, no artigo 'Tecendo reflexões sobre o currículo e a singularidade do fazer pedagógico', aborda a problemática do conhecimento e o currículo na organização do trabalho na escola, focalizando implicações da sociedade informacional e tecnológica e seus reflexos nas dinâmicas escolares. A autora utiliza a metáfora da árvore e do rizoma para questionar a fragmentação do currículo escolar e debater sobre as possibilidades de construção de uma forma interdisciplinar de produção do conhecimento e reformulação do fazer pedagógico nas escolas.

Por último, Ana Laura Jeremias Urel e Andréia da Silva Pereira, no artigo denominado 'Qualidade da educação e índice de desempenho da educação básica: em busca de um currículo nacional', apresentam resultados de uma análise documental acerca do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Consideram que o IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica) é utilizado como indicador de qualidade para a Política Educacional elevar o desempenho dos estudantes da Educação Básica. As autoras relacionam a problemática da constituição de um currículo vinculada a resultados das avaliações de larga escala.

A Revista Espaço do Currículo reforça o seu compromisso em socializar pesquisas que abordam políticas e práticas curriculares. A inserção de textos com anúncios e proposições tão diversas revela o espaço de construção de significados que o currículo expressa, com suas irreverências e potencialidades.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MACEDO, Elisabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. In: Cadernos de Pesquisa. v. 2. Nº 147. Set/dez.2012

MAIA, Angélica A. Melo; PEREIRA, Maria Zuleide Costa. Cidadania, Educação e Cotidiano. In: Educação & Realidade. V. 39, nº 02. 2014.

SANTOS, Patrícia E. Pereira; RAMOS, Ana P. Batalha. Currículo, conhecimento e democratização: fluxos de sentido na Educação Básica. In: Espaço do Currículo, v.6, n.1, p.157-170, jan/abril. 2013 <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>

SILVA, T. T. Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 2002